

B) Encargos anuais da Câmara:

1) Amortização do capital despendido (supondo-a feita em quinze anos, à taxa de 5 por cento)	22.700\$00
2) Despesas de exploração	10.080\$80
3) Despesas com a conservação das obras	2.939\$20
<i>Total</i>	<u>35.700\$00</u>

C) Receitas anuais da Câmara:

1) Consumo mínimo anual, determinado em função dos consumos mínimos mensais a fixar e dos respectivos números de prédios a serem obrigatoriamente ligados à rede de distribuição, de acordo com o decreto-lei n.º 29:216, de 6 de Dezembro de 1938:

Rendimentos colectáveis	Números de prédios ou suas divisões	Consumos mínimos mensais — Metros cúbicos	Consumos mínimos anuais totais — Metros cúbicos
100\$ a 200\$	90	2	2.160
200\$01 a 400\$	96	3	3.456
Superiores a 400\$	88	5	5.280
<i>Total geral</i>			<u>10.896</u>

2) Preço de venda de 1 metro cúbico de água:

a) Durante a amortização do capital despendido	3\$30
b) Após aquela amortização (preço máximo)	1\$50
3) Receita mínima arrecadada pela Câmara Municipal durante a amortização do capital despendido	35.956\$80
4) Receita provável arrecadada pela Câmara após aquela amortização	16.344\$00
5) O excesso das receitas sobre as despesas constituirá um fundo especial destinado exclusivamente à execução de melhoramentos de águas e saneamento nas povoações do concelho de Pedrógão Grande.	

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 23 de Dezembro de 1941.— Pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Roberto Espregueira Mendes*, Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.

Portaria n.º 9:972

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, aprovar o estudo económico do abastecimento de águas à vila de Arronches, anexo a esta portaria.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 23 de Dezembro de 1941.— Pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Roberto Espregueira Mendes*, Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.

Estudo económico da obra de abastecimento de águas à vila de Arronches, distrito de Portalegre**A) Custo da obra:**

1) Orçamento (projeto aprovado por despacho ministerial de 16 de Setembro de 1941) . . .	967.558\$00
2) Importância que se prevê venha a ser despendida pela Câmara Municipal de Arronches	<u>600.000\$00</u>

B) Encargos anuais da Câmara:

1) Amortização do capital despendido (supondo-a feita em quinze anos, à taxa de 5 por cento)	57.804\$00
2) Despesas de exploração	14.400\$00
3) Despesas com a conservação das obras	4.796\$00
<i>Total</i>	<u>77.000\$00</u>

C) Receitas anuais da Câmara:

1) Consumo mínimo anual, determinado em função dos consumos mínimos mensais a fixar e dos respectivos números de prédios a serem obrigatoriamente ligados à rede de

distribuição, de acordo com o decreto-lei n.º 29:216, de 6 de Dezembro de 1938:

Rendimentos colectáveis	Número de prédios ou suas divisões	Consumos mínimos mensais — Metros cúbicos	Consumos mínimos anuais totais — Metros cúbicos
100\$ a 200\$	64	2	1.536
200\$01 a 400\$	151	3	5.436
Superiores a 400\$	275	5	16.500
<i>Total geral</i>			<u>23.472</u>

2) Preço de venda de 1 metro cúbico de água:

a) Durante a amortização do capital despendido	3\$30
b) Após aquela amortização (preço máximo)	1\$50
3) Receita mínima arrecadada pela Câmara Municipal durante a amortização do capital despendido	77.457\$60
4) Receita provável arrecadada pela Câmara após aquela amortização	28.166\$40
5) O excesso das receitas sobre as despesas constituirá um fundo especial destinado exclusivamente à execução de melhoramentos de águas e saneamento nas povoações do concelho de Arronches.	

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 23 de Dezembro de 1941.— Pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Roberto Espregueira Mendes*, Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.

8.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 5 de Maio de 1935, que S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações autorizou, por despacho de 16 do corrente, nos termos do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 7.000\$ da alínea i) para a alínea h) do n.º 1) do artigo 53.º do capítulo 3.º do orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações para o actual ano económico.

8.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 20 de Dezembro de 1941.— O Chefe da Repartição, *António Ramalho Ortigão Peres*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**11.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública**

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que por despacho de S. Ex.^a o Sub-Secretário de Estado da Agricultura de 15 de Dezembro corrente, de harmonia com as disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foi autorizada no orçamento em vigor no corrente ano económico de 1941 do Ministério da Economia a seguinte transferência de verba:

CAPÍTULO 3.º**Direcção Geral dos Serviços Agrícolas**

Artigo 46.º — Outros encargos:

Do n.º 3) Subsídios a cofres ou organizações metropolitanas, coloniais ou estrangeiras:

b) Para prémios, exposições e concursos agrícolas	2.000\$00
---	-----------

Para o n.º 7) Despesas com a instalação das estações agrícolas e outros organismos	2.000\$00
--	-----------

11.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 16 de Dezembro de 1941.— O Chefe da Repartição, *Luiz de Albuquerque Bettencourt*.